

DECISÃO N° 1766991, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2022

DECISÃO DE NÃO RETRATAÇÃO

EM FACE DE RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo: 25761.355585/2016-74

Autuada: BIOMEDICAL PRODUTOS CIENTIFICOS MEDICOS E HOSPITALARES S A

AIS n.: 2287720/16-7

Expediente do Recurso n.: 3045319/21-1

Vieram os presentes autos a esta Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações Sanitárias para análise recursal, em atenção ao disposto no art. 56 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ao art. 9º e parágrafos c/c o art. 11, §1º, da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 266, de 8 de fevereiro de 2019, que estabelecem que o recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à avaliação da autoridade superior.

Condenada ao pagamento de multa no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), a autuada apresentou o recurso tempestivo via sistema Solicita (conforme documento de fl. 48), no qual, pelos motivos ali expostos, requereu o não prosseguimento da autuação.

Inicialmente, cumpre-me ressaltar que não observo nos autos a ocorrência da prescrição em qualquer uma das modalidades previstas na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999. Ademais, quanto à autuação, entendo que foram observados os princípios administrativos, inclusive os da ampla defesa e do contraditório, bem como os requisitos de validade do art. 13 da Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Analisando os autos, observo a inusitada situação da autuada ter pago o valor da penalidade arbitrada (fl. 52) e, ainda assim, ter apresentado recurso. Tal fato, para o art. 21 da Lei nº 6.347, de 1977, configura situação de desistência tácita.

A esse respeito, a Procuradoria Federal junto à Anvisa concluiu pela necessidade do duplo grau de apreciação (envio à

Gerência-Geral de Recursos), nos casos de processos com recursos interpostos e que, a empresa tenha concomitantemente pago o valor da multa aplicada (NOTA nº 00019/2017). Assim, mesmo reconhecendo a preclusão lógica e que se operara a desistência tácita, a autoridade julgadora em primeira instância deve não conhecer do recurso, por essas razões e, encaminhá-lo para apreciação da autoridade julgadora em segunda instância.

Cumprе salientar, ainda, que em suas alegações recursais a Recorrente não traz nenhum fato novo ou matéria de direito público, que implicariam em revisão de ofício da Decisão Inicial proferida.

Diante do exposto, com fulcro no § 1º do art. 56 e no inciso I do art. 63 da Lei nº 9.784, de 1999, NÃO CONHEÇO do recurso interposto em virtude da preclusão lógica do direito de recurso da Recorrente, e considerando os presentes fundamentos, bem como os relatórios e decisão antecedentes, nos termos do §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 199, opino pela manutenção da penalidade aplicada.

Encaminhem-se os autos à Gerência-Geral de Recursos para julgamento em segunda instância administrativa, nos termos do art. 3º da Resolução - RDC nº 266, de 2019.

RAIANNE LIBERAL COUTINHO

Autoridade julgadora – Portaria nº 516, de 9 de julho de 2020
Coordenação de Atuação Administrativa e Julgamento das Infrações
Sanitárias
CAJIS/DIRE4/ANVISA



Documento assinado eletronicamente por **Raianne Liberal Coutinho, Assistente**, em 07/02/2022, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10543.htm.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.anvisa.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **1766991** e o código CRC **69C0F844**.